



## EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense  
20 a 24 de Outubro de 2019  
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

4941 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)  
GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

MULHER NEGRA, REPRESENTAÇÃO E PEDAGOGIAS OUTRAS: DIFERENTES FORMAS DE VER E FAZER EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA  
Luciana Ribeiro de Oliveira - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Ana Cristina da Costa Gomes - 2ª CRE - Coordenadoria Regional de Educação do Rio de Janeiro

### Mulher Negra, representação e pedagogias outras: diferentes formas de ver e fazer educação antirracista

Pensar o percurso escolar da mulher negra, envolve depararmos com as questões de sua representação, entendendo que a forma como esta é percebida pelas ações e materiais didáticos podem reforçar os imaginários cujos estereótipos colocam-na em subalternização, em sofrimento e sem vínculos com a educação. Nos vemos, então, diante do questionamento sobre quais processos pedagógicos são necessários para que esta representação se efetive e reverta esses padrões que foram construídos na escravização? Percebemos a necessidade de pedagogias outras, que atuem nos pontos de vistas que conduzem a prática educativa. Destacamos que esta ação deverá basear-se na pedagogia decolonial (Walsh, 2008,2012), pedagogia libertária (hooks, 2017), pedagogia muscular (Fanon, 1979,2008) e, nestes lugares, identificamos o papel do Movimento Negro e das Mulheres Negras enquanto construtores efetivos desses processos. Para essa reflexão trazemos como referência Anibal Quijano (2010), bell hooks (2017, 2019), Maria Lugones (2014), Azilda Loreto de Trindade (2005) e Catherine Walsh (2008, 2012).

Palavras-chave: mulher negra; representação; pedagogias outras.

#### Introdução

Este trabalho nasce de muitas conversas, inquietações e reflexões entre duas mulheres negras que se entrecruzaram no caminho da pesquisa, em busca de uma formação acadêmica e do encontro tardio com a pós-graduação. Mulheres de gerações e famílias diferentes, peles negras distintas, mas com os traços vividos do impacto do racismo estrutural idealizado a partir da edificação da modernidade que, pela racialização, impõe a hegemonização de corpos, dos conhecimentos e das subjetividades inventadas a partir desta concepção. De todo modo, não é nossa intenção propor aqui um canal de denúncias, mas investir na reflexão sobre uma ação pedagógica outra, capaz de contribuir para a representação da mulher negra fora dos estereótipos, quer nos espaços formais ou não formais em que a educação está presente.

Nosso objetivo é colocar em negrito o fato de que os processos educativos que ignoram as relações étnico-raciais e, neste bojo, o relevante papel das mulheres negras, agem na fragilização de sua representação, de modo que a mesma não constrói os sentidos e significações do estudar e da educação. Entendemos que aí se configura violência cognitiva e que isto vai repercutir na sua escolaridade, com desdobramentos negativos nos outros campos quer individuais ou coletivos de sua vida.

A escolarização eurocentrada impõe desafios e barreiras que, enquanto não forem ultrapassados, mantém esta parcela da sociedade na subalternização. Ao aproximarmos subalternização e representação estamos trazendo a referência de Gayatri Spivak (2010) que, ao realizar a pergunta que é título de seu livro: *Pode o subalterno falar?*, está referindo-se a fala enquanto efetivo lugar de representação, em que esta mulher, historicamente subalternizada pode falar por si, estar presente e não mediada pelo colonizador.

Chegamo-nos também a Trindade (2005) que nos traz o seguinte apontamento:

(...) os papéis sociais são em grande parte definidos de acordo com a função social, a posição que o sujeito ocupa na dinâmica cultural e o conjunto de representações elaboradas pela coletividade a que pertence. Não é muito repetir que os papéis são socialmente definidos, sem que os componentes instintivos, inatos ou biológicos determinem sua formação. Os papéis sexuais obedecem à mesma lógica dessa determinação, sendo socialmente construídos (p. 107)

Deste mesmo modo, pensamos a mulher negra, a educação e a representação desta mulher dentro do contexto que tem a ver com valorização positiva da voz e do corpo para trazemos a seguinte questão: que processos pedagógicos são necessários para que a representação aconteça? Para nós, estes processos têm a ver com colocar em visibilidade as conquistas e produções de mulheres negras em diversos setores da sociedade, considerando que o modelo padrão de educação é universal e historicamente centrado no discurso colonial e escravista que descarta qualquer reconhecimento científico e intelectual daquele que está posto.

Nosso interesse é o de pensar qual curva de paradigma educacional necessita ser quebrada, fazendo com que a intelectualidade de mulheres negras, brasileiras ou de outras nacionalidades, seja ela no campo da literatura, acadêmica etc. ganhe espaço para além dos movimentos de ativismo de gênero/raça.

São esses aspectos políticos e sociais que propomos discutir, a partir das perspectivas da colonialidade de gênero (LUGONES, 2014), colonialidade do poder (QUIJANO, 2010) e racismo no cotidiano escolar (TRINDADE, 2005) sob a luz de ações educacionais tais como: a pedagogia libertária (hooks, 2017), a pedagogia decolonial (WALSH, 2008, 2012), pedagogia muscular (FANON, 1979, 2008) e que atuariam de

forma positiva na trajetória educacional destas mulheres negras.

### Mulher Negra e o impacto da colonialidade

Problematizar o lugar da mulher negra na sociedade não é tarefa fácil. Já é comum ao levarmos esta reflexão para dentro da universidade, escolas e em outros espaços não formais, nos depararmos com alguns incômodos relacionados ao questionamento da legitimidade do movimento de mulheres negras, uma vez que já existe um canal de reivindicação feminina: o movimento de mulheres. Para hooks (2017) as mulheres negras precisam decidir entre esperar que as decisões continuem sendo tomadas pelo patriarcado ou por grupos de mulheres feministas ou enfrentar o racismo e sexismo em todos os espaços, inclusive entre homens negros, uma vez que, "grandes homens brancos" ainda permanecem tomando "uma decisão política, negando o racismo e o sexismo que determina o que ensinamos e como ensinamos" (p.53). Para a autora, ainda que a mulher branca tenha reivindicado muitas questões necessárias para o movimento de superação ao patriarcado, como por exemplo trabalhar fora de casa, hooks, em acordo com muitas intelectuais brasileiras como Lélia Gonzalez (1982) e Sueli Carneiro (2003), enfatiza que as mulheres negras já trabalham fora de casa desde a escravidão. Para a autora, os esforços para que o feminismo negro fosse defendido, serviu também para desconstruir entre os negros "os paradigmas brancos, ou sobre como a identidade e o status da mulher branca eram diferentes dos das mulheres negras" (p.162).

Entendemos que estas inquietações, que em sua maioria são pautadas por pessoas brancas ou negras, fazem parte do que Quijano (2010) denomina de colonialidade, um padrão estrutural de poder que sustentado pelo capitalismo hierarquiza o trabalho e seus produtos, domina o sexo e suas formas de reprodução, subalterniza culturas e epistemologias não eurocêntricas elegendo como padrão universal de humanidade a ser seguido: o homem hétero, branco e cristão. A colonialidade é uma concepção de poder que se inicia na colonização, um projeto de conquista mundial, marcado pelo genocídio de várias sociedades não brancas desde o século XVI. Quijano (2010), ao contextualizar a colonialidade como estrutura de poder mundial, reforça que a manutenção das desigualdades é estruturada com base na exploração de trabalho, na hierarquização de gênero e de raça, no controle da produção e da legitimação do conhecimento a fim de manter o controle social em toda a sua existência:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (p. 342).

Deste modo, ao eleger duros e violentos padrões de controle mundial em nome da sustentação do capitalismo, principal fator de manutenção deste poder, Quijano já nos alerta sobre o lugar do povo negro e da mulher negra na sociedade, enfatizando, neste sentido, a hierarquia do patriarcado, da raça e do gênero como premissas fundamentais para definir como as mulheres negras podem ser as que mais sofrem quando falamos sobre os impactos da escolaridade e de outras desigualdades sociais.

Não há como não relacionar que a ideologia do pensamento social estruturada sobre a mulher negra ao longo dos séculos está estritamente ligada a escravidão -, projeto político de tráfico de mão de obra barata voltado para sustentação da riqueza dos europeus e seus descendentes em terras que não foram conquistadas, mas invadidas. Para Abdias do Nascimento (1978) o processo da escravidão foi "a simples exploração econômica representada pelo lucro, os escravos (...) existiam relegados a um papel, na sociedade, correspondente à sua função na economia: mera força de trabalho" (p.73). Uma vez que a escravidão, além de ser uma ferramenta cruel de dominação colonial que configurava também status e poder no Brasil do século XVIII, estava imbuída em uma sociedade patriarcal, a mulher negra torna-se um corpo que trabalha na cozinha, na lavoura, na fazenda, dentro de casa, na senzala, cuida dos doentes, dos filhos dos senhores, dos bastardos dos senhores mas sem o prazer de criar seus próprios filhos, vendidos como peças de mão de obra pelos senhores que as estupravam quando bem entendessem. Sueli Carneiro (2003) nos traz uma importante contextualização sobre o assunto:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana,

que no Brasil chegou até as últimas conseqüências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance”. (pg.49)

### Mulher negra, representação e educação

A professora Azoilda Loretto da Trindade, em sua tese de doutorado, investigou a imagem da mulher negra na mídia. Identificando a complexidade de um cotidiano de discriminação, exclusão e subalternização vividos por esta mulher, sobre a qual nos sinaliza a interpenetrabilidade desses pontos, sua pesquisa, na verdade, vai tratar da imagem desta mulher na mídia e como está chega ao ambiente escolar provocando as situações de racismo. Trindade (2005) ressalta eurocentrismo e sua incidência sobre o corpo da mulher negra, dando origem a uma imagem estereotipada, cuja sexualidade exacerbada de um lado e o lugar de empregada doméstica do outro se estabelecem como marca exclusiva de seu lugar de pertença.

Esta imagem profundamente negativizada da mulher negra da origem “as mesmas velhas representações prejudiciais” (hooks, 2019) que chegam a escola por meio das práticas e materiais didáticos, mas também podemos atentar que as histórias infantis, que por muitos são consideradas como clássicos, são ferramentas da colonialidade, que começam a construir, na infância o lugar do branco e do homem. Não estamos com isso negando a validade literária de algumas dessas histórias, mas certamente ressaltamos que como as mesmas chegam às salas de aula ocupando um lugar de destaque no repertório narrativo trabalhado na escola, elas devem ser acompanhadas de ações que desconstruam os valores racistas e sexistas que estejam ali embutidos.

Em conjunto com as histórias, poucas escolas investem em manter a sua ambientação com objetos e figuras que garantam a visibilidade da pluralidade étnica e racial brasileira, com destaque positivo para personagens de negras e negros que também aparecerão nas peças teatrais e festas. É preciso trazer ainda especial atenção aos brinquedos da educação infantil, principalmente bonecas e bonecos e, neste ponto perguntamo-nos: Há diferentes tipos em sala de aula e, neste conjunto, encontramos as bonecas negras? Elas estão devidamente guardadas, cuidadas, fazem parte das brincadeiras, ou ficam largadas, reafirmando um lugar simbólico de rejeição? Temos o entendimento de que este é o início percurso de violência que vai se avolumando no decorrer da escolaridade da criança negra, em que a representação de seu corpo é desqualificada ou invisibilizada. O corpo que não se vê, não sabe que existe, não reivindica espaço, não marca lugar.

Retornamos ao que nos traz bell hooks (2019) em seu livro *Olhares negros: raça e representação*, o que nos ajuda a entender qual o papel de uma prática eurocentrada que, em nosso caso, nos referimos à educação brasileira de um modo geral em ligação à manutenção da representação negativa da mulher negra e seu lugar na subalternização. Vejamos a seguir:

Existe uma conexão direta e persistente entre a manutenção do patriarcado supremacista branco nessa sociedade e a naturalização (...) representações de raça e negritude que apoiam e mantêm a opressão, a exploração e a dominação de pessoas negras em diversos aspectos (...) eles construíram imagens de negritude e de pessoas

negras que sustentam e reforçam as próprias noções de superioridade racial, seu imperialismo político, seu desejo de dominar e escravizar (...) controlar as imagens é central para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial. (p.33)

Mais do que uma justificativa, a fala desta importante feminista negra estadunidense nos explica que há uma ação de dolo, de colonialidade, que reserva para a mulher negra o mesmo lugar simbólico que foi construído durante a escravização, em que, retirando sua humanidade, animalizando-a, faz com que muitas internalizem o racismo acionados pelos “sistemas educacionais supremacistas brancos” (hooks, 2019, p.32) e assim, ainda de acordo com hooks (idem), convencem-se de que suas vidas não são complexas, que não cabe espaço para análises sofisticadas sobre si e muito menos para o estudo.

Um aspecto que vale ressaltar é que, quando falamos de representação, nos referimos a paradigmas de modo que, mesmo que em alguns casos encontremos materiais didáticos e ações escolares em que a imagem da mulher negra está presente, visibilizada, ainda assim vale observar qual a “fala” embutida naquele material. Tratamos de algo mais profundo que é o ponto de vista, a perspectiva política deve ser de transformação, de transgressão, de desconstrução da colonialidade do ser, do poder e do saber.

### **A ação antirracista e libertária da mulher negra em processos pedagógicos outros**

Pensar em uma ação antirracista e libertária das mulheres negras vale inicialmente sinalizarmos que reconhecemos a existência de diferenciados percursos de ser e de saber que definem a potencialidade das mulheres negras como intelectuais, em ação que, ainda no período da escravização, fez com que Tereza de Benguela, em 1770, liderasse o Quilombo de Cateretê, em Mato Grosso, no qual constituiu parlamento e conselho da rainha, sinalizando ter formatado uma forte estrutura econômica, política e administrativa. Consideramos a intelectualidade de Esperança Garcia que, também em 1770, redigiu petição encaminhada ao Governador da Província do Piauí denunciando os maus-tratos.

Incluimos aqui Maria Firmina, autora do primeiro romance abolicionista escrito em 1852, sem esquecermos de sinalizar o papel de Carolina Maria de Jesus, já no século XX, que mostrou ao mundo sua intelectualidade, com crítica apurada e profunda, realizando uma leitura da sociedade brasileira. Além de Carolina, Tia Ciata, mais tarde, Mãe Beata e, por meio delas, ampliamos, para as tantas mulheres negras que nos candomblés ou nas irmandades, constroem um fazer intelectual.

Muitas outras mulheres negras, que não foram para academia, que sequer concluíram as etapas iniciais da educação formal, também estão, em seu dia-a-dia, refletindo, ensinando, propondo e praticando mudanças, não somente no interior de suas casas, mas nas associações de moradores, nas cooperativas de trabalho, nas associações culturais em que temos a Tia Maria do Jongu, na Serrinha, em Madureira, Rio de Janeiro. Enfim, em muitos espaços, mulheres negras, independente da escolaridade, delinearão pedagogias efetivamente insurgentes.

Definimos que a educação antirracista, no que se refere aos processos pedagógicos, é trabalhar para a “mudança fundamental das representações estereotipadas da mulher negra em todas as esferas da cultura, em especial ao universo de criação de imagens” (hooks, 2019, p. 32), nos quais incluímos os livros didáticos e paradidáticos, mas também o ideário político educacional que se comprometa com práticas libertárias, decoloniais e musculares como nos indicam, respectivamente hooks (2017), Walsh (2008,2012), Fanon (1979, 2008).

Neste bojo, destacamos uma ação de resistência de movimentos sociais, neste caso mais específico do Movimento Negro brasileiro que, no ano de 2003, garante que o sistema de Educação assuma a obrigatoriedade de introduzir as Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Africanas nas salas de aula de todos segmentos escolares, nas redes públicas e privadas fazendo com que o governo brasileiro sancione a Lei 10.639/03. Trata-se de um investimento decolonial para credenciamento não hierárquico da pluralidade cultural do país e de esvaziamento da subalternização do sujeito e coletividade negra que reforçam o racismo. O Movimento Negro, enquanto movimento social, se coloca como intelectual pensante de uma prática pedagógica.

Neste campo, damos destaques às mulheres negras que muito contribuíram para a formação de uma nova episteme e se lançaram, na prática, em sala de aula, na construção de processos outros de ensinar crianças negras e a história negra. Falamos, por exemplo, de Maria Lúcia de Carvalho e Maria José Lopes da Silva, professoras da Rede Pública do Rio de Janeiro, já falecidas, mas que agiram, na perspectiva de pedagogia muscular (Fanon, 1979) para que o que entendemos hoje como educação étnico-racial tomasse corpo. Maria José Lopes, Zezé, foi leitora de Fanon, trabalhadora de educação em países africanos de Língua Portuguesa, foi idealizadora da Pedagogia Multirracial. Lopes pensava em um currículo que fosse capaz de desconstruir mecanismos ideologicamente racistas, assim como as mentalidades brasileiras que ela identificava como colonizadas.

Maria Lúcia de Carvalho, Malu, punha seu corpo em ação nas salas de aula, nas séries iniciais, das escolas públicas das favelas do Rio de Janeiro. Fazemos um destaque para seu trabalho no CIEP da Luiz Carlos Prestes, na Cidade de Deus, em que lá também estiveram Neusa das Dores Pereira e Lena Martins<sup>[ii]</sup>. Aquela escola também se marcou como o ponto de referência para a criação do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro uma vez que ali, em seu Clube de Mães, reuniam aos sábados, mulheres negras de todo o estado para discussões de diversos temas.

Esses encontros, que podemos entendê-los enquanto espaços de educação não formal, foram germinais para muitas mulheres que hoje são lideranças do feminismo negro brasileiro. Tratando-se especificamente das mulheres negras, voltamos a Azoilda Trindade, antes porém, vamos destacar sua importância na consolidação de percursos teóricos da educação antirracista, com atenção para os cotidianos escolares e para valores civilizatórios afro-brasileiros<sup>[iii]</sup>.

Em sua tese, Trindade (2005) apresenta uma reflexão que nos ajuda a perceber o papel daqueles encontros no CIEP para a formação daquelas mulheres negras, no qual ela ressalta a representatividade em que a professora observa que se baseia na reelaboração de valores outros, capazes de retomar memórias e experiências anteriores à diáspora africana. Essas memórias são histórias validadas por meio de diferentes narrativas e discursividades e que trazem verdades que não passam pelo crivo de referência da dominação, mas que se sustentam no reconhecimento de que o negro, a mulher negra tem uma historicidade própria que não depende da aquiescência do sistema branco para existir.

O que se destaca é a reconstrução de vínculos da mulher negra com ela mesma a partir do olhar para a outra mulher negra. Esta é uma resposta ao questionamento feito por Azoilda Trindade ao refletir sobre a importância do olhar para construção e reconstrução de uma imagem positiva, “capaz de intervir no sentido de que a apresentação da mulher negra reproduza estereótipos e exclusões” (IDEM, 2005, p. 266). Ela nos diz: “Ora, necessitamos do olhar do outro para nos constituir, para constituir nossa identidade. Mas estamos agora pensando em que identidade é esta que se constrói quando o outro olha e não nos vê, que se vê, desqualifica e que, se desqualifica, nega?” (IDEM, IDEM).

### **Mais um passo nessa caminhada**

Na impossibilidade de concluir, por agora identificamos que os estereótipos que recaem a esta mulher negra, salvo raras exceções, levam-na para a cozinha. A cozinha, no entanto, não é o lugar da criação, da alimentação saudável ou do poder e da tradição. Na cozinha estarão as negras subalternizadas como são a Tia Anastácia e Mamãe Dolores<sup>[iv]</sup>. Entendemos, contudo, de acordo com hooks (2019), que há um movimento intencional da supremacia branca para manter sistemas educacionais racistas nos quais a imagem negra ocupará papéis de subalternidade para ela idealizado e que isto repercute no seu olhar sobre si e no seu desempenho escolar e em outros aspectos psicológicos e sociais.

O processo pedagógico antirracista, que se baseie em ações políticas decoloniais, musculares e libertárias, é um projeto que deve ser buscado para garantia da transformação dos valores embutidos na representação da mulher negra. Reconhecemos que o Movimento Negro Brasileiro, por meio da Lei 10639/03 e outras ações de educação formais e não formais, tem investido na construção desse processo que, embora ainda distante de ser consolidado, mostra o quanto intelectuais negros (pertencentes ou não à academia), sobretudo as mulheres

negras, têm se posicionado na “luta para romper com os modelos hegemônicos de ver, pensar e ser” (hooks, 2019, p,32).

#### Referências:

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero** . In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), Racismos contemporâneos (pp. 49-58). Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

\_\_\_\_\_. **Os condenados da terra**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

hooks, bell. **Olhares Negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

\_\_\_\_\_. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Martins Fontes, 2017.

LUGONES, Maria. **Rumo ao feminismo decolonial**. Santa Catarina: Revista de Estudos Feministas, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado** . I reimpr. da 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. P.84-130

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG,2010.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil**. In: Revista Valores Afro-brasileiros na Educação. 2005. Disponível em <[http://gruel.com.br/wp-content/uploads/2011/10/Valores\\_a...pdf](http://gruel.com.br/wp-content/uploads/2011/10/Valores_a...pdf)>. Acesso em 13/09/2015.

\_\_\_\_\_. **A formação da imagem da mulher negra na mídia** . Tese (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2005.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir** . in: Educación Intercultural en América Latina: memorias, horizontes históricos y disyuntivas políticas, Patricia Melgarejo (comp). México: Universidad Pedagógica Nacional – CONACIT, editorial Plaza y Valdés, 2012. Disponível em: <https://redinterculturalidad.files.wordpress.com/2014/02/interculturalidad-crc3adtica-y-pedagogc3ada-decolonial-walsh.pdf>.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: Las insurgências político-epistêmicas de refundar el Estado** . Tabula Rasa, Bogotá Colômbia,2008.

[i] Lena Martins era animadora cultural do CIEP Luis Carlos Prestes, localizado na Cidade de Deus e foi a partir de muitas ações pedagógicas que ela criou a boneca Abayomi. Ver mais em: <http://www.bonecasabayomi.com.br/>

[ii] Os valores civilizatórios são princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social, e cultural.(p.30-31) e se organizam numa forma de mandala em sistêmica como: Memória, Oralidade, Circularidade, Axé (energia vital), Ludicidade, Musicalidade, Cooperatividade, Religiosidade, Ancestralidade, Corporeidade que têm correspondência na vida cotidiano.

[iii] Personagem do Livro Sítio do Pica-pau Amarelo, de Monteiro Lobato. Anastácia era babá, cozinheira, sempre ridicularizada pelos outros personagens brancos. A segunda, personagem da novela Direito de Nascer, vivido pela atriz Maura Bruno que, mesmo sendo a primeira protagonista negra, morreu pobre, vendendo doces nas ruas de Campinas